

A IMPORTÂNCIA DO INTERPRETE EDUCACIONAL: DESAFIOS E INOVAÇÕES NA SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA.

Maria Durciane Oliveira Brito ¹
Leonardo Santos Miranda ²
Tatiana de Andrade Costa ³
Érissa Regina Silva de Sousa ⁴

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema A importância do interprete educacional: desafios e inovações na sua prática pedagógica e tem como objetivo geral: analisar a importância do trabalho do interprete de Libras no âmbito educacional e como específicos conhecer as principais dificuldades desse profissional no âmbito educacional, averiguar as novas tecnologias utilizadas no aspecto educacional e conhecer as práticas pedagógicas utilizadas com os surdos em seu dia a dia na sala de aula. Para aprofundar-se no tema foi pesquisado e estudado alguns teóricos da área como também as leis que abordam sobre o tema, como por exemplo a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002; Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, Lei 12.319 de 01 de setembro de 2010 que regulamenta a profissão do tradutor e interprete de LIBRAS. A metodologia foi de cunho qualitativo, com pesquisa de campo em uma escola da rede estadual de Parnaíba-PI, no qual foi realizado um questionário com perguntas abertas e fechadas sobre a importância do Interprete educacional e os desafios e inovações em sua prática pedagógica. Mediante a pesquisa observou-se que o IE é de fundamental importância no processo de inclusão do surdo no ambiente escolar, visto que ele que faz todo o processo de inclusão do surdo no mundo dos ouvintes e faz a intermediação entre aluno surdo e professor e a importância das práticas pedagógicas inclusivas, visto que não existe sinais em Libras para todos os temas das disciplinas.

Palavras-chave: Interprete de Libras; Prática Pedagógica; Surdos.

INTRODUÇÃO

O interprete de Libras surgiu no Brasil nos anos de 1980, através do âmbito religioso, foi nas igrejas protestantes, que surgiram os primeiros intérpretes e intelectuais dispostos a estudar a língua de sinais, que começaram a ocupar uma posição de grande relevância na relação entre surdos e não surdos, no movimento social, em instituições universitárias e no mercado.

Ao decorrer dos anos a educação de surdos vem sofrendo mudanças positivas no processo de ensino e aprendizagem do Surdo. Com isso ao longo dos anos, uma

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela UTIC – PY; Graduada em Letras Libras – UNIASSSELVI; Graduada em Pedagogia – UFPI; Especialista em Libras - INTA; Especialista em Educação Infantil – ISEPRO; Especialista em Libras – UFPI, Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar - FIAR; durciane@hotmail.com;

² Graduando em Licenciatura em Química – IFPI, Técnico em Edificações; leonardophb2015pi@gmail.com ;

³ Graduada de psicologia da Faculdade Regional da Bahia- UNIRB. tatianacosta2016@outlook.com ;

⁴ Professor orientador: Graduada em Pedagogia – UESPI. Erissa_reginna@hotmail.com

sucessão de Leis e documentos possibilitou a consolidação e especificação do trabalho do interprete de Libras.

Em primeiro lugar, destacamos a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Brasil, p. 2), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Muito mais do que apenas indicar a importância do acesso à comunicação, essa lei aponta, pela primeira vez, a formação de intérpretes de Libras. Com isso, pessoas que, em sua maioria, até então atuavam no âmbito religioso e familiar de maneira informal, passaram a constituírem-se como profissionais, devido ao conhecimento específico que possuíam.

Apesar de não se reportar especificamente ao intérprete de Libras, é relevante mencionar a Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001, a qual institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, referindo-se, em seu art. 8º, à forma como as escolas devem se organizar para incluir pessoas com necessidades educacionais diversas. Para essa organização, determina normas referentes à "[...] atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis" (Brasil, 2001, p. 2). No dia 24 de abril de 2002, foi sancionada, no Brasil, a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras. Essa lei reconhece a Libras como língua e meio legal de comunicação dos surdos no Brasil, o que foi fundamental para um maior reconhecimento do profissional intérprete de Libras. Por sua vez, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, já trata diretamente do intérprete de Libras e de sua formação, dedicando um capítulo inteiro a esse profissional.

No entanto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do trabalho do interprete de Libras no âmbito educacional e como específicos conhecer as principais dificuldades desse profissional no âmbito educacional, averiguar as novas tecnologias utilizadas no aspecto educacional e conhecer as práticas pedagógicas utilizadas com os surdos em seu dia a dia na sala de aula. Para responder a estes objetivos a pesquisa será realizada em uma escola da rede estadual da cidade de Parnaíba-PI com dois interpretes de Libras, no qual estão atuando no ensino fundamental maior, a pesquisa foi realizada antes desse período pandêmico.

O profissional de Libras ele precisa não só ter um conhecimento da língua, porém é necessário que o mesmo se utiliza de recursos pedagógicos para que chamem

atenção do surdo e contribua no processo de ensino e aprendizagem, para que esse aluno tenha um bom desempenho no processo de amadurecimento da sua segunda língua, que no caso do Brasil, o português na modalidade escrita.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de obter como base teóricos renomados, como também a utilização da internet pelo Google Acadêmico e SciELO através de pesquisas em revistas acadêmicas, teses, artigos científicos e também aplicação de um questionário com perguntas referente ao assunto abordado para os interpretes de Libras de uma escola da rede estadual de Parnaíba-PI. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, onde existe um processo investigativo acerca do problema. Como também pesquisa de campo, onde o pesquisador buscou conhecer o local que seria aplicado a pesquisa.

Ao fazer uma revisão bibliográfica, o pesquisador observa, registra, analisa, classifica e interpreta, sem que haja interferência sobre os fatos. Prodanov (2013), seguindo o raciocínio, e buscando aproximar o cientista do tema em questão. A abordagem qualitativa, de acordo com Castilho, Borges e Pereira (2014, p. 19), “apresentar-se de uma forma adequada para poder entender a relação de causa e efeito do fenômeno e conseqüentemente chegar a sua verdade e razão”. Com base no autor a pesquisa vem buscar analisar a importância do Interpretador educacional e as dificuldades desse profissional em sala de aula com o aluno surdo e as práticas pedagógicas utilizadas por ele no contexto tradutório.

O campo de pesquisa é uma escola da rede estadual da cidade de Parnaíba-PI, fica na zona urbana da cidade, de fácil acesso. É uma escola que se mostra bem preocupada com o processo de inclusão dos alunos com deficiência, busca sempre que possível formação para os profissionais. Atualmente tem dois alunos surdos matriculados e dois interpretes de Libras, cada qual com um aluno surdo.

Os sujeitos da pesquisa foram dois interpretes de Libras, da rede estadual de ensino, no qual foram realizadas entrevistas com perguntas abertas e fechadas e em seguida feita a análise dos resultados e refletida com a opinião dos autores renomados da área.

REFERENCIAL TEÓRICO

EDUCAÇÃO DE SURDOS

A educação de surdos passou por diversas fases durante todo o processo educacional, caracterizando-se primeiramente pela segregação e exclusão do surdo no meio social, com o decorrer dos anos foram surgindo metodologias de ensino para educar os surdos, surgiu então na década de 80 o método oral, onde prevalecia o uso da fala e o com e a proibição da sinalização, um marco histórico desse período foi o Congresso de Milão em 1880 na Itália, congresso esse que proibiu o uso das línguas de sinais em todo o mundo. No Brasil não foi diferente, essa metodologia também foi utilizada, os surdos tiveram os seus direitos linguísticos e sociais privados.

Na década de 1960 surge então a comunicação total onde defende que os surdos tenham acesso à linguagem oral por meio da leitura orofacial, da amplificação, dos sinais e do alfabeto manual, podendo assim se expressar através da fala, dos sinais e da utilização do alfabeto manual. Porém não foi bem-sucedida por conta que se tratava do uso de uma língua produzida em duas modalidades, o que Schesinger (1978) chamou de bimodalismo, que é o uso de uma só língua, produzida em duas modalidades: oral e gestual.

Na década de 1980 surge o bilinguismo, que tem como objetivo principal o uso das duas línguas para os surdos: a primeira, a língua de sinais e a segunda a língua majoritária do País no caso a língua da comunidade ouvinte, com o foco na modalidade escrita.

A educação de surdos no Brasil iniciou em 1857, D. Pedro II solicitou ao ministro da República Francesa para encaminhar um professor surdo ao Brasil, com isso vem Ernest Huet e funda a primeira escola para surdos no País, antigamente chamado de Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro. Em 1873, Flausino José da Gama, um dos alunos do antigo Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, faz a iconografia dos sinais, para Albres (2005):

Os principais Institutos de Educação de Surdos tiveram como modelo a educação francesa e de Sinais conseqüentemente, independente da contradição entre ensino oralidade ou Língua de Sinais, carregam consigo a Língua Francesa. Por isso a escola tem relação direta com o desenvolvimento da Língua de Sinais em nosso país, pois é nesse espaço que os surdos se encontram quando crianças. (ALBRES, 2005, p. 3)

A Língua de Sinais é de extrema importância para a inserção e inclusão de alunos surdos no ambiente escolar. Não existe inclusão sem comunicação, com isso para que o Surdo seja incluído se faz necessário à comunicação que se realiza para a comunidade surda, através da Língua de Sinais, no Brasil, Libras, uma língua de modalidade visual-espacial, que utiliza-se de um sistema linguístico próprio.

Atualmente a educação inclusiva objetiva constituir políticas públicas que ofereçam educação de qualidade para todos os alunos, atendendo às especificidades de cada um. Constitui-se em um paradigma educacional também fundamentado por leis.

Em 24 de abril de 2002 a Libras é reconhecida através da Lei 10.436 que aborda em seu:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

De acordo com a referida Lei, Libras foi reconhecida e oficializada como língua no território brasileiro e regulamentada pelo Decreto 5.626/05, e vem abrindo caminhos para que as pessoas surdas sejam respeitadas e se integrem ao meio em que vivem, o que se constitui em meta da educação inclusiva e que seja de qualidade para a comunidade surda.

De acordo com este decreto há capítulos que tratam do intérprete e do direito dos surdos à sua contratação em espaços institucionais e sociais. Através da regulamentação da Lei o Interpretador começou a ser visto como profissional realmente e o surdo como a ter acesso ter uma participação em inúmeros fóruns das quais eles foram historicamente excluídos, dos ambientes educacionais, das salas de aula regular que foram obrigados a deixar em virtude do descaso e a da falta de preparo de muitos profissionais e a falta do profissional de Língua de Sinais, hoje já se tem as instituições de ensino básico, médio e superior que vêm desenvolvendo pesquisas nas áreas da educação, da linguística, da tradução e interpretação, da literatura e outras áreas envolvendo a surdez, o surdo e a sua língua materna.

Porém o real meio de incluir o surdo é através do bilinguismo como já foi exposto, o surdo ele precisa ter esse contato com a sua língua materna desde a educação

infantil, por tanto, para que isso ocorra de fato é necessário ter o profissional capacitado e habilitado que segundo a Lei 10.436 é o profissional interprete de Libras, que Lacerda (2014) vai chamar de Interprete educacional.

INTERPRETE DE LIBRAS NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Os primeiros intérpretes para os surdos foram seus parentes e amigos. Essas pessoas exerciam a atividade de interpretação voluntariamente e sem treinamento. Com o passar do tempo, à medida que os surdos foram adentrando áreas variadas de atividade e conhecimento, sua necessidade de comunicação foi aumentando em complexidade. Sentiu-se, com isso, a necessidade de treinar mais pessoas para servir na posição de intérpretes para os surdos em diversos setores da sociedade.

Com a criação da Lei da Libras em 2002 e a regulamentação em 2005, várias oportunidades inclusivas vem surgindo para o surdo e para o interprete de Libras, segundo Lacerda “Essa legislação trata do direito das pessoas surdas ao acesso às informações através da Libras, do direito dessa comunidade a uma educação bilíngue, da formação de professores de Libras e de intérpretes de Libras entre outras providências” (2014, p.24). O surdo tem o direito de ter acesso às informações através da sua língua materna, a Libras.

No capítulo V do Decreto 5.626/2005 que aborda sobre a formação do tradutor e intérprete de Libras- Língua portuguesa e no artigo 17 afirma que a formação do tradutor e intérprete de Libras- Língua portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em Libras-Língua Portuguesa.

No capítulo V e artigo 18 do mesmo decreto afirma que “os próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I - cursos de educação profissional; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação (Brasil, 2005). Ainda falta muito para realmente acontecer, visto que ainda não em todas as localidades de que se tem um curso de educação profissional no âmbito de tradução e interpretação, o que acontece em muitas regiões ainda é a presença do interprete que começou no âmbito religioso e hoje participa como interprete educacional.

Por isso, atualmente, existem cursos de nível técnico e acadêmico para a formação de intérpretes de línguas de sinais em muitos países. Os primeiros cursos de formação específicos no Brasil começam a surgir em 2004/2005 por iniciativa de algumas universidades como por exemplo a Estácio de Sá/RJ, PUC/MG de acordo com Lacerda (2014, p.31).

No Art. 21 do Decreto 5.626/2005 aborda que “as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos” (Brasil, 2005). Dessa forma é obrigatório por Lei a presença desse profissional no ambiente escolar que tenha um aluno surdo matriculado.

No ano de 2010 é criada a Lei 12.319 de 1º de setembro que regulamente e oficializa a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, onde no Art. 6 aborda que o profissional deve “interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares” (Brasil, 2010). Esse profissional precisa ter competência linguísticas das duas línguas para atuar no ambiente escolar.

Porém é importante que o professor da sala regular conheça o papel do interprete educacional, que compreenda que esse profissional é apenas o que faz a intermediação de uma língua para a outra. Não cabe somente a ele o processo de ensino e aprendizagem, visto que a responsabilidade de ensinar esse aluno é do professor regular.

Segundo Lacerda (2014):

“O trabalho do Interprete Educacional (IE) vai além de fazer escolhas ativas sobre o que deve traduzir, envolvendo também modos de tornar conteúdos acessíveis para o aluno, ainda que implique solicitar ao professor que reformule sua aula, pois uma tradução correta do ponto de vista linguístico nem sempre é a melhor opção educacional para propiciar o conhecimento, principalmente quando os alunos são crianças ainda em fase de aquisição da Libras” (p.35).

O IE precisa adequar os conteúdos para que o aluno surdo compreenda, para isso é necessário criar estratégias de ensino para que o discente acompanhe os conteúdos escolares, podendo utilizar-se das novas tecnologias como ferramentas educativas,

prevalecendo sempre o uso da Libras e de imagens que leve o aluno ao êxito no processo de ensino e aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois de recolher os questionários respondidos pelos intérpretes foi realizada uma análise dos dados obtidos através do questionário aplicado, com base nos dados adquiridos, pode-se verificar a importância do intérprete educacional- IE e os desafios que os mesmos encontram em sua prática pedagógica. Visando obter os dados necessários para realizar a análise sobre a importância do IE no ambiente escolar e os desafios e inovações encontrados em sua prática, perguntamos aos Intérpretes A e B.

A primeira e a segunda pergunta foi sobre o tempo e o tipo de formação dos intérpretes:

Intérprete A e B: “Formação em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais” e ambos responderam “2 anos”.

A Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010 (BRASIL) aborda em seu Artigo 4º que a formação de tradutor e intérprete de Libras- Língua portuguesa deve ter um curso de formação continuada, todos os intérpretes precisam ter uma formação para atuarem no ambiente escolar, visto que a profissão hoje é regulamentada através da Lei citada.

Para atuar como Intérprete Educacional o profissional precisa ter uma grande experiência na profissão, em visto disso a terceira pergunta foi: Quanto tempo de atuação como intérprete de Libras? Intérprete A: “4 anos” e o Intérprete B: “5 anos”. A próxima pergunta foi sobre se os mesmos já tiveram a disciplina em sua formação acadêmica, ambos responderam que “não tem formação superior, apenas o ensino médio”. Mediante as respostas nota-se a necessidade de os profissionais ter uma formação continuada, visto que os mesmos estão atuando no sistema regular de ensino.

Em seguida foram questionados se os intérpretes recebem alguma formação fornecida pela Instituição de ensino que trabalham, no caso a 1º Gerencia Regional de Educação - GRE? Intérprete A e B responderam: “Não, ainda não foi fornecido nenhuma formação pela Instituição”. E em seguida foi questionado se os mesmos procuram algum tipo de formação continuada para auxiliar no ensino com o aluno surdo e ambos responderam que “Não”.

A tarefa de interpretar não é nada fácil, o profissional precisa ter um conhecimento bem amplo dos conteúdos e de todas as disciplinas para repassar ao aluno

surdo, com base nisso a sétima pergunta foi: Quais as maiores dificuldades que você enfrenta no processo de ensino e aprendizagem com o seu aluno com surdez?

Intérprete A: “Uma das maiores dificuldades é a base deficiente nos primeiros anos escolares. Além disso, alguns professores não conseguem meios nem recursos visuais para facilitar a compreensão do conteúdo”.

Intérprete B: “A falta de experiência dos professores em relação ao ensino de alunos com surdez”.

O aluno surdo é do professor regular e não do intérprete, o professor precisa ter consciência e procurar recursos e estratégias para um ensino inclusivo, porém é necessário que ocorra uma parceria entre os dois profissionais, que o planejamento seja realizado em conjunto, visto que a grande maioria dos professores ainda não tem um conhecimento aprofundado na Libras, então os Intérpretes educacionais precisam exercer também essa função de mediador do conhecimento do Português-Libras.

Com base no exposto a pergunta seguinte foi sobre se eles fazem uso das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem desse aluno surdo e se sim quais essas tecnologias?

Intérprete A: “Sim. Procuo o que há de mais atualizado nas instituições conceituadas na área do ensino do surdo, por meio da internet, no tablete e celular”.

Intérprete B: “Só o acesso à internet. Fora isso, não uso outros meios de tecnologia”.

De acordo com Lacerda (2014, P.68) “O papel do intérprete deveria ser o de interpretar da Libras para o português e vice-versa, mas, como é possível observar nos relatos, eles, muitas vezes, veem a necessidade de criar recursos adicionais- para além da Libras- para favorecer esta interpretação e a construção de sentidos pelos alunos surdos (cartazes, desenhos entre outros). Como observado na fala do autor e nas respostas dos intérpretes, eles precisam buscar ajuda na internet, para que o discente surdo compreenda os conteúdos abordados pelo docente em sala e criar estratégias de ensino.

Em seguida foi questionado sobre quais as práticas pedagógicas que você procura utilizar em sala de aula com o seu aluno surdo?

Intérprete A: “Minha função na escola é como intérprete, a metodologia é usada pelos professores, então tento ser fiel a isso e facilitar a compreensão do conteúdo”.

Intérprete B: “Como atuo como intérprete em sala de aula de ensino regular, me esforço a adaptar todo o conteúdo dado pelos professores para a Língua Brasileira de Sinais”.

Como observado no relato dos intérpretes eles exercem apenas a função de interpretar em sala, porém nem sempre é possível que isso aconteça somente do português e da Libras, é necessário que ocorra adaptações quando necessário. A última pergunta foi sobre se os intérpretes acham necessário ter uma formação continuada em Libras e porquê?

Intérprete A: “Sim. Toda capacitação é bem-vinda, e pode tornar a pessoa mais habilitada para o trabalho com a Libras”.

Intérprete B: “De um modo geral sim. A formação continuada em Libras possibilita uma maior aquisição de conhecimento da área”.

O intérprete precisa estar em constante formação, visto que a Libras é uma língua viva, por conta disso precisa se atualizar constantemente, conhecer os novos sinais, para obter uma boa interpretação nas disciplinas e no contexto geral com os surdos, como afirma Oliveira:

O intérprete educacional deve estar sempre estudando e se atualizando para obter uma boa interpretação nas aulas e nas diferentes disciplinas, pois há muitos termos específicos dentro das disciplinas de biologia, química, física, filosofia que não têm sinais nas libras, e, para o intérprete, conhecendo seus significados, torna-se mais fácil explicar para os alunos surdos a forma de combinarem um sinal entre si para estes termos. (OLIVEIRA, 2012, p. 100)

Estes questionamentos abordam o quanto é importante a função do profissional Intérprete educacional, o quanto é necessária essa formação continuada para os profissionais visto, que a Libras é uma língua viva e está em constante mudanças e com novos sinais, assim como as línguas orais com as palavras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa: “A importância do Intérprete educacional: Desafios e inovações na sua prática pedagógica”, despertou a necessidade de conhecimento sobre as práticas

pedagógicas necessárias e adequadas no processo de inclusão do aluno surdo no ambiente escolar.

Embora a Libras seja reconhecida e regulamentada como língua oficial dos surdos brasileiros e segunda Língua Oficial do Brasil, e como um meio fundamental para a inclusão desta comunidade, persiste ainda no ambiente escolar uma certa resistência por parte de muitos profissionais que não entende como deve ocorrer o processo de Inclusão de surdos, e muitas vezes, transfere responsabilidades e competências, indicando que é responsabilidade apenas do professor da sala regular o processo de adaptação e criação de materiais pedagógicos, porém é necessário que o planejamento seja feito em conjunto, para que ambos conheçam as dificuldades dos alunos surdos.

O objetivo desse trabalho foi analisar a importância do trabalho do intérprete de Libras no âmbito educacional, conhecer as principais dificuldades desse profissional no âmbito educacional, averiguar as novas tecnologias utilizadas no aspecto educacional e conhecer as práticas pedagógicas utilizadas com os surdos em seu dia a dia na sala de aula.

Notou-se ao decorrer das pesquisas que é de grande importância a presença desse profissional no ambiente escolar para que o aluno surdo esteja realmente incluído nas atividades educativas, no entanto as dificuldades do intérprete ainda são muitas, a falta de planejamento em conjunto, falta de materiais adaptados e aulas inclusivas.

No entanto falta também a conscientização por parte dos profissionais pesquisados para uma melhor adaptação dos conteúdos em Libras e a utilização de recursos pedagógicos e a formação continuada que é de extrema importância, para que se mantenham atualizados com as mudanças que ocorre na Língua.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 20 dez. 2000, P. 2, 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acesso: 29/02/2020.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Língua brasileira de sinais – LIBRAS. Brasília, 2002. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm > Acesso em: 29/02/2020.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005.** Língua brasileira de sinais – LIBRAS. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso: 29/02/2020.

_____. **Lei nº 12.319 de 01 de Setembro de 2010. Brasília, 2010.** Profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm Acesso: 18/03/2020.

CASTILHO, BORGES E PEREIRA, **Manual de metodologia científica do ILES Itumbiara/GO** / Auriluce Pereira Castilho, Nara Rúbia Martins Borges e Vânia Tanús Pereira. (orgs.) – Itumbiara: ILES/ULBRA, 2014.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de Libras:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental/ Cristina B. F. Lacerda. – 6. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014.

OLIVEIRA, Fabiana B. **Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras.** Diálogos e Saberes. Mandaguari. v. 8, n. 2012.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: 2013.